

As lideranças femininas negras e Ensino de História: dialogando sobre as possibilidades didáticas na aula de História.

Larissa Duarte

Jaqueline Ap. M. Zarbato(orientadora-História/FACH)

Este artigo visa apresentar as análises realizadas ao longo do desenvolvimento do projeto Residência pedagógica, desenvolvido no primeiro semestre de 2023, na escola Estadual Joaquim Murtinho. O objetivo visa trabalhar o ensino de história de forma objetiva e dinâmica na sala de aula, tendo vista trazer novas maneiras de estudar lideranças femininas em diferentes contextos históricos.

Neste trabalho irá ser apresentado as ações desenvolvidas pela residência pedagógica no primeiro semestre de 2023, na escola Estadual Joaquim Murtinho, no período noturno nas turmas do itinerário, com alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio. O trabalho tem como objetivo apresentar as atividades teóricas e práticas que foram desenvolvidas durante esse período afim de agregar a forma de pensar sobre a importância de mulheres negras na política.

O currículo do Ensino Médio contempla algumas das discussões que foram inseridas nas ações didáticas na aula de história. Em que foi contemplado na disciplina de Itinerário didático o tema do feminismo negro. O feminismo teve sua origem nos movimentos sociais que surgiram no período das revoluções liberais inspirados nos ideais iluministas, tais como a Revolução Francesa e a Revolução Americana. Nesse contexto, esses movimentos sociais concentravam sua luta, principalmente, na busca por mais direitos políticos e sociais.

Abaixo apresento as dimensões do currículo de Mato Grosso do Sul, no Ensino Médio.

de casa ou como cimentadoras da união entre os cidadãos) ou, quando desejam usurpar o poder masculino, como a encarnação do mal e da infelicidade, como um rio selvagem que destrói tudo a sua passagem.

Para Michele Perrot a felicidade e a paz da coletividade (e do mundo) dependeria do equilíbrio entre os sexos, ou seja, quando a mulher fica em casa, cuidando da família. O ápice do desenvolvimento da sociedade é refletido pelo período quando o ele era dominado pela lei paterna e pela autoridade real (século XIV), quando a mulher era excluída do âmbito político. Já a desordem ocorreria quando uma mulher (Catarina) assume o poder, e a história é desfigurada. A feminilização da Monarquia, no final do século XVIII, é a marca da decadência. Nesse contexto estabelece-se com, maior rigurosidade, a definição dos papéis sexuais e o equilíbrio histórico fica consagrado pela ordem patriarcal (na família e no Estado).

Outro destaque que Perrot evidencia é o ‘direito paterno romano’ (o que Engles anunciaria ser “a derrota histórica do sexo feminino”, ou seja, a consolidação da propriedade privada e o casamento burguês enquanto chave da opressão das mulheres). No que concerne ao poder das mulheres, a potência civilizatória atribuída à mãe, o domínio da figura do pai e a não radicalização das mulheres na ordem natural, desencadeia a subordinação das mulheres num processo que se poderia imaginar reversível.

As fronteiras entre o público e o privado também são importantes temas de reflexão. A constituição de um espaço político (de âmbito público) repercute numa dupla exclusão: os proletários (que mais tarde ganham ‘algum’ espaço) e as mulheres. Um discurso fundamentado na diferença dos sexos (apoiado na biologia), insiste na existência de duas ‘espécies’ com qualidades e aptidões particulares. Aos homens seriam atribuídas qualidades como inteligência, razão lúcida e capacidade de decisão e às mulheres: coração, sensibilidade e sentimento.

Tal contexto reflete princípios de uma organização política (enunciada por filósofos) que atribui à mulher uma aptidão prática (e não especulativa) que a incapacita de ocupar cargos públicos. Segundo Hegel se uma mulher estivesse à frente de um governo, o Estado se encontraria em perigo, pois não ela não agiria conforme as exigências da coletividade, mas segundo os caprichos de sua inclinação e seus

pensamentos. Para Auguste Comte a mulher viveria numa espécie de estado infantil contínuo.

No século XIX cada sexo tem funções, papéis, tarefas e espaços predeterminados. Há a concepção de uma economia doméstica cuja administração ficar à cargo da mulher. Ela se torna dona de casa, há um retraimento das mulheres em relação ao espaço público.

Mais tarde surgem movimentos que revelam que nem todo público é o 'político', nem todo público é masculino, e nem todo privado é feminino. Nos meio populares urbano a figura da mãe é atestado na maioria das autobiografias e a reação feminista interroga sobre a atitude das próprias mulheres, principalmente em relação ao poder político.

Além da abordagem sobre história das mulheres, utilizamos o termo "gênero", além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo” (Scott, 1995, p. 75).

Joan Scott explica em suas pesquisas que o uso do termo “gênero” vem se alterando segundo múltiplos interesses e significados. O termo constitui a busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas nos anos 80. ‘Gênero’ foi substituindo o termo ‘mulheres’ nos livros e artigos de história como se sugerisse erudição, dissociando-se da política evocada pelo feminismo. História das mulheres implicaria em situar as mulheres enquanto sujeitos históricos, enquanto ‘gênero’ inclui as mulheres sem as nomear, não constituindo assim uma forte ameaça.

O termo também indicaria que qualquer informação sobre as mulheres implicaria, necessariamente, numa informação sobre os homens, como se o universo feminino estivesse condicionado ao mundo dos homens. As relações sociais entre os sexos também são designadas pelo termo gênero, refutando explicações biológicas. O termo indicaria ‘construções sociais’, os papéis adequados aos homens e às mulheres, referindo-se às identidades subjetivas de homens e mulheres. Nesta visão, gênero se torna uma categoria

social imposta sobre um corpo sexuado. O termo serviu por oferecer um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. Dessa forma, gênero enfatiza um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo. Gênero começa a tornar relevante temas como mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero. Porém, a utilização do termo, embora enfatize que as relações entre os sexos são sociais, ele nada diz sobre as razões pelas quais essas relações são construídas como são, não diz como elas funcionam ou como mudam. Gênero se estabelece então como um novo tema, um novo domínio da pesquisa histórica, mas não tem o poder analítico suficiente para questionar (e mudar) os paradigmas históricos existentes.

Uma outra contribuição que apontamos na análise, se dá pelo artigo de Guacira Louro (2008, p.19), a qual afirma que: “conselhos e palavras de ordem interpelamnos constantemente, ensinamos sobre saúde, comportamento, religião, amor, dizem-nos o que preferir e o que recusar, ajudam-nos a produzir nossos corpos e estilos, nossos modos de ser e de viver. Algumas orientações provêm de campos consagrados e tradicionalmente reconhecidos por sua autoridade, como o da medicina ou da ciência, da família, da justiça ou da religião. Outras parecem surgir dos novos espaços ou ali ecoar. Não há uniformidade em suas diretrizes. Ainda que normas culturais de há muito assentadas sejam reiteradas por várias instâncias, é indispensável observar que, hoje, multiplicaram-se os modos de compreender, de dar sentido e de viver os gêneros e a sexualidade”.

De acordo com Guacira Louro, ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura. Não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infindavelmente.

As marcas e normas nos nossos corpos ocorrem através de inúmeras aprendizagens e práticas, num processo minucioso e sutil, de modo explícito ou dissimulado, por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais no âmbito da família, escola, igreja, instituições legais e médicas. As orientações e ensinamentos são percebidos ainda na mídia das novelas e da publicidade, das revista e da internet, no cinema, na música,..., constituindo-se como potentes pedagogias culturais. As transformações da história e da cultura tem se tornado cada vez mais visíveis (ou aceleradas). Essas transformações passaram a intervir em setores antes considerados

imutáveis ou universais. As novas tecnologias reprodutivas desestabilizaram antigas e sólidas certezas nas formas de gerar, a internet tornou as pessoas mais acessíveis, relações afetivas passaram a ser virtual, constituindo novas formas de existência para todos.

Surge então a afirmação de uma nova política cultural, a política de identidades. As minorias passaram a se manifestar denunciando sua inconformidade e seu desencanto, questionando teorias e conceitos e construindo novas práticas sociais. Empenhados em se auto-representar, novos modos de viver tornaram-se visíveis.

Os movimentos sociais organizados (feminista e os das minorias sexuais) logo compreenderam ser fundamental o acesso e controle dos espaços culturais (mídia, cinema, televisão,) antes reservado ao homem branco heterossexual. A compreensão hoje no terreno dos gêneros gira em torno de, além de promover a ideia de que é impossível lidar com esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual), se admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e que lá é a posição que alguns escolheram para viver.

Como aponta Joana Maria Pedro, *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. (2011, p .270), “é dessa forma que pretendo mostrar como as categorias “mulher”, “mulheres” e “relações de gênero” têm sido formuladas, divulgadas e apropriadas em diferentes locais. Focalizarei principalmente alguns países do Cone Sul, como o Brasil, a Argentina, o Paraguai e a Bolívia, por meio dos títulos das obras de história ou pelo fato de incorporarem em seu texto essas categorias”

Joana Pedro apresenta o quanto o feminismo, o movimento de mulheres e o de gays e lésbicas têm contribuído para que as reflexões sobre gênero sejam implementadas de forma interdisciplinar. A autora adverte, porém, que no campo historiográfico, aparece uma resistência. Os estudos de gênero seriam acusados de ser uma “história militante”, não científica.

Joana coloca então que, no campo historiográfico, há historiadores e historiadoras instrumentalizados pelos movimentos sociais, percebidos (especialmente) por meio de títulos de pesquisas, no Cone Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia). São trabalhos que contém narrativas feministas de formatos e características diversas, que acompanharam as noções e dinâmicas empreendidas (não ao mesmo tempo) pelos movimentos feministas do hemisfério norte.

Dessa forma, com o passar dos anos (e das ondas), é possível perceber, a partir de críticas e das emergências surgidas, a articulação dos vários ‘feminismos’ com: o movimento feminista negro, com países de Terceiro Mundo, com o feminismo queer, além da aproximação entre as discussões de gênero e **pós-colonialismo**. Além disso, observa-se a categoria gênero sendo empregada em diferentes disciplinas como a psicanálise, antropologia, sociologia, literatura, a partir do final da década de 1980.

Como foi possível perceber as várias ondas do feminismo abordaram novas formas de pensar como a necessidade de cada mulher dentro da sociedade a partir das suas demandas fazendo um paralelo a isso, Lélia Gonzalez apresenta o quanto a mulher negra dentro da sociedade brasileira ocupa um espaço duplamente racista e sexista que por sua vez estanca a violência de uma sociedade que produz que mulheres pretas estão alocadas em áreas como “mãe preta” doméstica e profissões que sexualizam seu corpo.

De acordo com Lélia Gonzalez (2011) os negros são a lata de lixo da sociedade, pois isso seria a lógica da dominação, colocando no espaço marginalizado, dessa forma a mulher negra está entre a sexualização ou ser a mãe doméstica. A cultura brasileira de certas formas reafirma essa sexualização, como o carnaval que por muitas vezes estabelece a mulher negra valorizada, mas de forma desagradável, para entender essa perspectiva Gilberto Freyre (1933)

A moda de mulher loura, limitada, aliás as classes altas, terá sido antes a repercussão de influências de exteriores do que a expressão do genuíno gosto nacional. Com relação ao Brasil, que o que diga o ditado “Branca para casa, mulata para F..., negra para trabalhar”, ditado em que se sente, ao lado convencionalismo social da superioridade da mulher branca e a inferioridade da preta e a preferência sexual pela mulata. (Freyre, 1933, pag.27)

Dessa forma é possível enxergar o diálogo que Lélia Gonzalez faz entre raça e gênero se faz refletir nas condições da mulher negra dentro da sociedade brasileira. Entende-se que pensar em mulher negra no Brasil é estabelecer que há processos de particularidade em sua luta, ou seja, o feminismo negro como um ato político de resistência, pois o silenciamento de uma mulher preta dentro da sociedade faz parte de um plano de dominação. Outrossim se aprofundar em Lélia Gonzalez convida a se pensar em outras mulheres negras como forma de movimento político trazendo problemas de desigualdade social e racismo, uma delas é Carolina Maria de Jesus que irá justamente relatar em seu livro a condição em que uma mulher preta é submetida.

Segundo Sueli Carneiro (2013) a mulher negra nunca foi um indivíduo frágil, em contraponto as afirmações das feministas brancas ocidentais, já que está exposta ao trabalho escravo, mesmo após a abolição essa mulher continua a carregar o peso de ser mãe, dona de casa e principalmente sustentação do lar, o que se faz refletir em como essas mulheres estão suscetíveis ao sistema de opressão como foi Carolina Maria de Jesus.

Articular sobre Carolina permite vislumbrar sobre todo cenário de mulher preta no Brasil, em seu livro “Quarto do despejo: diário de uma favelada” (1960) o livro faz duras críticas a desigualdade social e abre espaço para discutir processos de favelização no Brasil.

Embora haja diversas formas para discussão desse livro o que se pode identificar o lugar de onde ela fala Mulher, negra, favelada, semianalfabeta provoca toda uma sociedade a pensar sobre suas vivências, ressaltando que Carolina viveu em um contexto dos primeiros anos após abolição, assim é perceptível durante os relatos o quanto a cidade de São Paulo era um espaço de extrema miséria principalmente porque morava na favela do Canindé.

O ambiente em que ela relatava era hostil, justamente por isso seus escritos não foram aceitos pois ela não maquiava a sociedade em que vivia, relatava problemas como racismo, ausência de políticas públicas aos pobres e acusava políticos de não olhar para a favela, apenas quando necessitava de votos.

Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence as urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade (Jesus, 1960, pg.35)

Cabe observar através da lente da literária Carolina Maria de Jesus o que a mulher negra tende a superar dentro da sociedade não apenas questão de gênero, mas todo um sistema ideológico hegemônico. Interessante pensar que sua obra mais famosa “Quarto de despejo: diário de uma favelada” não há uma produção romantizada do que é o Brasil apesar das duras verdades que é se apresentado como fome, miséria, os relatos sobre catar lixo para tentar alimentar seus filhos ela revela o quanto sistema era opressor, quebrando o silêncio de um governo que na época exacerbava a democracia racial.

Portanto Carolina e sua obra “Quarto do despejo: diário de uma favelada” produz de pensamento sobre lugar de falar ,pois na década em que o livro foi publicado não era aceito que mulheres negras semianalfabetas conquistassem espaço dentro da literatura, conduzindo a um espaço de marginalidade, justamente disso que ela relatava em seus escritos, apesar da duras criticas Carolina deixou um legado que é possível mulheres pretas ocuparem espaços na literatura, musica e arte rompendo com todas relações sociais brasileiras.

2. Planejamento e desenvolvimento das atividades na escola Joaquim Murtinho.

Itinerário Feminismo

Feminismo e Patriarcado; 3ª Onda do Feminismo; História do Feminismo no Brasil; Femicídio no Brasil e direitos das mulheres

Continuação da contextualização histórica do feminismo

Contextualização sobre Patriarcado

Questões de vestibulares sobre feminismo

Dinâmica com os estudantes - estudo de caso

Reportagens sobre Femicídio no Brasil

Trechos da cartilha “Vamos Juntas?”

Metodologia: Aulas expositivo-dialogadas combinadas com dinâmicas grupais. Estudos dirigidos em sala de aula. Delimitação prévia de grupos de trabalho (definidos de acordo com a quantidade de alunos da turma) que auxiliarão no andamento das aulas de acordo com os temas propostos.

Imagem 1 – recurso utilizado para ilustrar frases sobre construção de gênero.



Imagem 2- recurso utilizado para ilustrar o papel social das mulheres na sociedade.

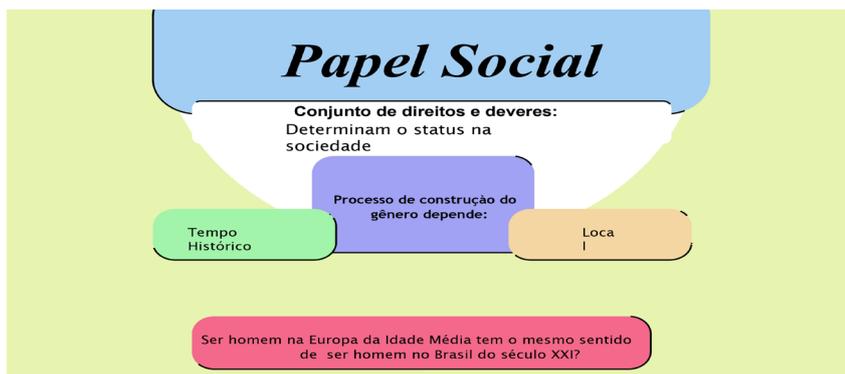


Foto 3 – ilustração sobre a oficina das lideranças trabalhando com Lélia Gonzalez



Imagem 4 – recurso utilizado para apresentar a vida de Lélia Gonzalez



Foto 5- foto dos alunos debatendo a oficina sobre leis que abarca apenas as mulheres



Na data 01 de setembro de 2023, apresentamos aos alunos do 3º D o tema do pós-abolição. Para desenvolver o tema central da nossa discussão, análise dos poemas da Carolina Maria de Jesus e sua biografia.

Desse modo trouxemos para melhor debate uma roda de conversa para entender o que eles sabiam sobre o pós-abolição, entende-se que foi um movimento formado por diversos setores da sociedade organizado por clubes, jornais, conferências e publicação de livros. As discussões desse tema foram orientadas pelo grupo (Gabriela, Deise Leticia e Larissa).

Importante ressaltar que retomamos discussão sobre escravizados no Brasil durante a aula pois havia dúvidas de como esse processo histórico aconteceu. Posteriormente a discussão sobre escravidão retomamos o pós-abolição conceituando a data de 13 de maio suas críticas, para isso utilizamos o artigo “Ninguém quer ser um Treze de maio” Matheus gato.

Além disso o tema sobre o racismo estrutural foi relacionado, afim de correlacionar o pós-abolição com os processos de favelização no Brasil e como esse evento histórico conduziu a relação de Carolina Maria de Jesus e sua principal obra “Quarto do Despejo Diário de uma Favelada”

No dia 15 de setembro retornamos à sala de aula para a oficina e apresentação da vida e obra da Carolina Maria de Jesus, foi distribuído o varal de poemas em cada fileira para que eles pudessem ler trechos da obra identificar os problemas sociais, analisar o contexto em que foi escrito, em qual espaço é instituído suas vivências.

Fotografia1 - Discussão sobre Carolina Maria de Jesus



Fonte: Joaquim Murтинho,2023

Fotografia 2- Análise dos trechos do Livro “Quarto do despejo Diário de uma favelada”

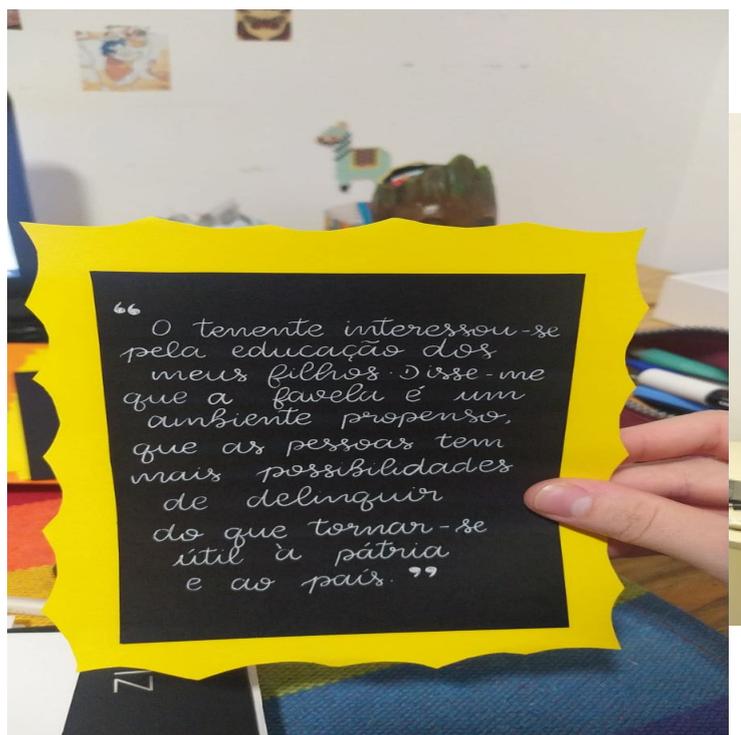


Fonte: Joaquim Murтинho,2023

Fotografia 3- Intervenção no Cartaz sobre um trecho do livro Quarto do Despejo



Fonte: Joaquim Murтинho,2023



Fotografia 4- Produção dos poemas

Fonte: UFMS,2023

Fotografia 5- Poema analisado em sala de aula.

Fonte: UFMS, 2023

Considerações finais:

O trabalho desenvolvido na área das ciências humanas sobre a história das mulheres, rente ao projeto de lideranças femininas concede como é necessário a discussão desse tema em sala de aula, partindo da ideia que dentro da própria historiografia a mulher é marginalizada, por isso é importante trazer esse debate, discutindo também o feminismo

interseccional visando a ideia de raça e gênero estarem próximos quando discute lideranças feminina. Outro ponto é que o trabalho com jovens e adolescentes sobre essas lideranças é a produção dos alunos acerca da ideia das diferentes formas de como uma mulher pode mudar politicamente uma sociedade apesar da opressão em que assistida. Portanto as metodologias utilizadas e os recursos dinamizam a aula e executam modelos pertinentes para reflexão tanto dos alunos quanto a do professor ao ensino e suas multiplicidades.

A ideia de trabalhar com mulheres negras como inspiração de liderança feminina permite pensar o protagonismo político, mas como forma de resistência de histórias que são apagadas ou marginalizadas. Produzir conteúdo dentro da sala de aula em uma escola municipal, considerada periférica sobre feminismo interseccionalidade diz muito a respeito da reflexão para além da sala de aula, já que para uma pedagogia libertadora deve-se pensar como decolonial.

Um movimento feminista libertador pretende transformar a sociedade erradicando o patriarcado, acabando com o machismo e a opressão sexista, desafiando as políticas de opressão em todas as frentes. A pedagogia feminista só pode ser libertadora se for verdadeiramente revolucionária, pois os mecanismos de apropriação dentro do patriarcado de supremacia branca e capitalista são capazes de cooptar com facilidade o que meramente parece radical e subversivo. (Hooks, 2019, pag. 116)

Embora trabalhar com Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus traga a reflexão sobre racismo, sexismo, desigualdade social, há também uma contribuição para educação transformadora dentro da sala.

Durante o processo das aulas que foram divididas em teoria e prática, no primeiro momento apresentamos Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus logo após fizemos uma oficina prática, importante ressaltar que tais mulheres foram comentadas em períodos diferentes, Lélia no primeiro semestre (março- junho) e Carolina no segundo semestre (agosto- outubro) apesar dos momentos distintos as reflexões sobre o lugar da mulher negra na sociedade difundiam nos debates.

Compreende-se a importância dos debates porque diminui a distância entre alunos e professores, explorando assim o conhecimento e os temas que foram propostos dentro

do plano de aula, para além disso alcançou a ideia que era primordial durante as aulas, o protagonismo da mulher negra na história política, fazer com que os alunos observem Carolina como uma intelectual que não foi valorizada porém abarcou diversos assuntos que atualmente fazem parte de produções de intelectuais brasileiros , já Lélia como uma mulher negra que justamente irá se destacar por suas contribuições para o feminismo negro enriquecendo assim as aulas de historia a partir de uma perspectiva de mulheres.

Sendo assim trabalhar em sala de aula é um desafio cotidiano além dos temas que provocam a se pensar na educação libertadora, estabelece paradigmas que por muitas vezes parece difícil de se resolver, porém temas como raça e gênero podem estar notabilizando-se nos currículos educacionais, porque de acordo com Bell Hooks (2019) o espaço da aprendizagem possibilita intervenção feminista mesmo que alcance o aluno dentro ou fora da sala.

Referências

COSTA, Ana Alice Alcântara e SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. COSTA, Ana Alice Alcântara e SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (orgs.). O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA, 2008, p. 39.

GERHARD, Ute. Sobre a liberdade, igualdade e dignidade das mulheres: o direito “diferente” de Olympe de Gouges. In: BONACCHI, Gabriela; groppi, Angela (Org.). O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

MACHADO, L. Z. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. Cadernos Pagu, n. 42, p. 13-46, jan./jun. 2014

NAZÁRIO, Diva Nolf. Voto feminino e feminismo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. Revista História, São Paulo, v. 24, n.1, p.77-98, 2005

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, vol.18,no36,wJun. 2010. Disponível em: . Acesso em: 20 mar. 2018